

A SRA. CLÁUDIA NASCIMENTO - Bom dia a todos presentes, membros que integram a mesa e a todos aqui somando nesse dia tão importante para a Segurança Pública. Eu me chamo Cláudia Nascimento, viúva de Policial Militar, estou representando pensionistas da Corporação da Polícia Militar e do Bombeiro Militar.

Pelo tempo, vou ser direta e objetiva. Vou falar sobre as pensionistas que estão na emenda constitucional 41/03, que estão no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2021. Essas famílias estão sem paridade e sem integralidade. O que significa paridade? Acompanhar o aumento dos ativos, percentual, no mesmo tempo, na mesma data. Integralidade, é a totalidade da pensão, que infelizmente essas famílias recebem 70% da pensão.

Quando um militar morre em combate, a família, lógico, recebe a pensão especial que puxa a pensão para cima, que dá poder de compra, dignidade. Infelizmente, a maioria dessas famílias não recebe pensão especial. A essas famílias, o aumento é pelo INPC, todo mês de janeiro. Se os senhores que nos representam não fizerem algo de concreto para modificar, algumas famílias daqui a pouco vão receber um salário-mínimo, e esses militares deram o seu melhor, o seu maior, que é a vida. A vida! (Palmas)

E como até mesmo o representante dos Bombeiros, que eu quero agradecer o carinho, o respeito, que em todas as reuniões que eu estou fazendo parte junto com o Deputado Coronel Salema na frente parlamentar, no Palácio Guanabara, vejo respeito à grandeza dos senhores com as suas pensionistas, e eu espero encontrar isso na minha Corporação. Eu falo minha Corporação porque meu marido morreu por ser policial militar.

Então, eu quero pedir a todos os parlamentares nessa Casa e a todos os militares aqui presentes que somem conosco. Nós somos vítimas ocultas. Nossos maridos, pais e filhos morreram por ser policiais militares e bombeiros militares.

Não sei se todos estão cientes, mas nós fomos divididas em 3 grupos: o primeiro grupo, que vai até dezembro de 2003, tem paridade e integralidade, só que a revisão é administrativa, não é automática. Nós estamos lutando para reverter isso, porque tem muitas pensionistas que não têm essa informação e estão perdendo muito dinheiro. Está na nossa pauta com os oficiais da Corporação do Bombeiro Militar e da Polícia Militar. Eu espero que todos busquem uma saída para isso o mais rápido possível.

O segundo grupo está na emenda 41/03, que não pode fazer revisão de pensão, o aumento é automático pelo INPC e vocês sabem que esse ano que foi o maior, que foi 10,5%; a maioria das vezes é 3,5%, 4%. Peço urgentemente que se debruce nesse assunto, porque é uma questão de sobrevivência, de dignidade, e essa farda aí que vocês usam, que vocês sabem o que significa. Não esperem por ninguém, os senhores têm que buscar saída. Por favor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Obrigado a você, Claudia. Boa colocação. Está inscrito o Subtenente Xavantes. Por favor.

O SR. SUBTENENTE XAVANTES - Boa tarde a todos os deputados, autoridades, oficiais da minha Corporação, porque eu ainda continuo policial militar, mas hoje aqui estou me sentindo como meu colega Afonso aqui, que se exaltou porque se sente rejeitado.

Eu fui jogado fora como um lixo radioativo. Eu dei a minha saúde durante 20 anos na Polícia Militar e hoje recebo por cota, recebo por cota ilegalmente. Ilegalmente, sabe o porquê? O Coronel Barbosa, falou que é jurista, o senhor conhece a Portaria 0346 de 12 de maio de 2010, que são as normas reguladoras da saúde e juntas de inspeção militar.

A Polícia, ADMP, antigamente que era JOS, não cumpre nada do que está aqui, principalmente na área psiquiátrica, principalmente na área psiquiátrica. Coronel, o senhor que está representando o Coronel Henrique, nós estivemos em dezembro do ano passado com a Coronel Lenize, levamos esse documento aqui que o Deputado Marcelo Dino entregou na DGS em mãos. Nós temos policiais que estavam doentes, não foram tratados pela Polícia Militar porque não tinha psiquiatra na Polícia Militar, então, como que a junta de perícia militar vai avaliar um policial que está doente se ela não acompanha o policial porque não tinha médico? E aí, os psiquiatras na época que não vou citar nomes, que o senhor conhece, a Coronel Lenize conhece, a divisão de Perícia Médica conhece, eles não respeitavam o laudo do nosso médico assistente.

Nós somos aqui sempre os últimos a falarem, quando falamos. No dia da inauguração da frente Parlamentar a Virna foi a última a falar. Não tinha mais nenhum representante aqui de ninguém. Não somente na Polícia Militar, mas no Bombeiro Militar. Nós temos um colega aqui, Marcelo, reformado como soldado! Nós temos policiais militares ganhando menos de 1.400 reais por mês, segundo sargentos, e policiais militares que já estão aptos para voltarem, se houvesse uma revisão. Como tem o Carpad, se houvesse uma revisão, de perícias militares muitos policiais que hoje voltariam. Eu mesmo, eu poderia estar trabalhando, porque eu sirvo para, como falaram para um policial do nosso grupo, a médica falou que ele pode comprar um carrinho de pipoca e empurrar.

Então, um policial pode ficar 12 horas, 10 horas vendendo em um carrinho de pipoca, e não pode trabalhar em uma obra do batalhão? Em uma cozinha do batalhão? Como teve um policial amputado em ato de serviço foi reformado por cota? Foi reformado por cota! O cara perdeu uma perna em ato de serviço e foi reformado por cota! Sabe o que a Coronel falou para ele? Você só tem 12 anos de Polícia, você tem para dar para a Polícia ainda, vou te botar como Apto C.

Coronel, como um policial pode trabalhar sem perna? Está reformado por cota, ato de serviço. Tem ASO, tem ISO, tem bando, HCPM, na amputação tem tudo! Nós temos colegas que trabalham no Choque de fralda, defecando sangue. A palavra aqui, nós temos um TAC que foi feito na época do Governador Pezão junto com o Ministério Público, a Polícia Militar e o Governo do Estado que também não é cumprido, da reabilitação. Nós temos uma lei votada nessa Casa que é 4838 de 2018, que é uma cópia, um cópia e cola de uma portaria interministerial de 2010, que reza sobre a reabilitação e readaptação dos militares.

Eu me sinto um lixo. Hoje, eu não tenho a minha arma para me defender. Eu andei duas horas e meia, porque eu moro no interior. Comandei a minha cidade! Comandei a minha cidade onde eu moro durante 4 anos e fui condecorado por essa Casa, porque Engenheiro Paulo de Frontin, em 2016, foi a cidade de índice zero, e estava sob o meu comando. Foi a cidade de índice zero, e hoje eu não tenho uma arma para me defender, porque eu sou maluco. Mas, eu não posso, não tenho direito a GRAM, recebi a GRET esse mês, tomo 12 remédios todo dia. Mas eu tenho um colega meu que sofreu um acidente de carro teve perda de massa encefálica e está trabalhando.

Eu tenho 7 hérnias de disco. Na época da minha reforma eu tinha 5. Eu conheço uma Coronel que foi reformada porque tinha 2. Qual é a diferença? Eu tenho laudos, eu tenho laudo do Chefe da ortopedia do HCPM dizendo que eu era total incapaz para serviço militar e prover fora. Foi aposentado podendo prover.

O Coronel Henrique está sendo induzido a erro. Está podando quem pode mudar isso. Tem lei, aqui, está aqui, Portaria! Olha só, eu tenho as minhas atas, o Coronel na época que já está em casa, o Coronel Dalmir...

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Para finalizar, porque eu já estou sendo chamado atenção porque tenho que devolver o Plenário.

O SR. SUBTENENTE XAVANTES - Sim, Senhor. Temos várias irregularidades, Coronel Albucacys, que estão aqui. Não sou eu que quero. Tem uma portaria da Polícia Militar e mais coisa, e que se o Sr. depois quiser, a gente conversa e eu mostro isso aqui para o senhor, para o senhor abrir os olhos do Coronel, porque a gente vai começar a responsabilizar CPF e CRM, de cada Coronel e de cada médico, cada psiquiatra que assinou as minhas atas. Médicos que nem era psiquiatras e me avaliaram.

A SRA. VIRNA - Bom, boa tarde a todos. Vou ser breve, o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Depois da sua fala vou encerrar.

A SRA. VIRNA - Deputado Coronel Salema, por favor, eu preciso falar e não vou deixar de falar nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Não, pode ficar à vontade é só por causa do horário que tenho que devolver o plenário.

A SRA. VIRNA - Eu quero me reportar aos médicos, que apresentam a ADMP e a todos que aqui estão presentes. 22 anos de Polícia, um policial pode ser considerado incapaz? 18, 15, pode ser considerado incapaz? Muito bem. Troca de CIDs por um médico perito que não te acompanha, não pode ser mudado!

Segundo o código de ética do CREMERJ, no seu artigo 97, o médico tem que comunicar, interagir com o seu médico assistente para que ele explique o seu problema. Uma perícia médica que te acompanha de 6 em 6 meses, não tem como em 5 ou 10 minutos, te colocar para fora.

Eu, Virna, 1º Sargento Virna. Eu fui colocada para fora da Polícia Militar com 22 anos, com um CID. Não falo só para vocês, falo para quem for da diretoria médica pericial, com CID que denigre a minha imagem como mulher. Dizem que eu me porto, que eu me porto com sensualidade para adquirir os meus objetivos. A Polícia Militar denegiu a minha imagem, assim como a imagem de muitos outros. Por incrível que pareça, na pesquisa do meu próprio médico, Tenente Coronel do Exército, eles foram contra o próprio médico que me atende desde 2016. Eles foram contra um médico que participou da (não compreendido) periciando com eles. Quando ele olhou a minha ata, ele falou do ato criminoso que a Polícia Militar está fazendo.

Não sou só eu. Eles me colocaram como uma personalidade histriônica, coisa que eu nunca tive. Eu tive um distúrbio de adaptação e trabalhava. Eu sou QPM-6 e não preciso portar arma.

Dra. Adriana trabalhou comigo. Entrei em 1998 Apto-A. Em 2016 eu tive problema por assédio de um Coronel, em 2012, que em 2016 me estourou um problema psíquico. Eu hoje represento quase duzentos policiais militares. Agora eu pergunto a todos vocês: isso vai sair dos cofres públicos, está certo? Coronel Henrique não quer nos ouvir. Ele já deixou isso claro. Ele não quer nos ouvir.

(Fala fora do microfone)

Por que isso? O meu médico não recebeu, em nenhum momento, visita de nenhum oficial médico da Polícia Militar. Nenhum. E ele como perito médico, falou para mim: vá ao CREMERJ, mas não vá sozinho. Represente devidamente. Os médicos vão ser apresentados juntos ao CREMERJ. O que nós, o grupo, busca? Dignidade. Ele pede aos parlamentares que seja feita uma CPI na ADMP de pelo menos dez anos para cá, não só dos reformados por cota. Podendo provar nos meios civis, coisa que no meu CID eu não consigo emprego. É muito estranho isso. Eu troco um CID. Eu tiro um distúrbio de adaptação, que não é incapacitante, uma vez que eu trabalho. Eu trabalhava. Foram vinte e dois anos de Corporação. Vinte como pago. Vinte anos na Corporação, exercendo função de nível superior, porque sou graduada em Fonoaudiologia e Enfermagem. A Polícia Militar usufruiu do meu conhecimento técnico, para depois, em dois anos, me colocar para fora! E não sou só eu não. O policial que saiu daqui, saiu como muitos saem que tentam contra a própria vida. Eu tenho policiais que ligam para mim, porque eu sou porta-voz, que dizem: eu prefiro dar um tiro na cabeça porque eu não tenho como provar os meios de subsistência da minha família. E foram policiais que combateram, que tiveram na frente de uma sociedade, protegendo uma sociedade. Como pode isso?

(Fala fora do microfone)

A SRA. VIRNA - Isso acontece. Outra coisa que quero deixar claro... O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Finaliza por favor. Eu quero até pedir desculpa ao Xavantes, por ter interrompido anteriormente, eu não sabia da importância da fala de vocês. Foi até bom vocês terem falado por último. A SRA. VIRNA - Eu quero deixar claro, Coronel Salema. O senhor já teve a oportunidade... O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Eu vou pedir até o Halik que intermediasse contato. Se puder receber vocês à parte, porque o assunto de vocês é muito sério, é muito importante. Como todos os outros foram tratados hoje. A SRA. VIRNA - Nós pedimos dez por cento. Nós pedimos aqui, diante de vocês parlamentares: nós queremos uma CPI. Senão surgir uma CPI, nós vamos às esferas superiores. Porque queremos também entender, praças e oficiais que são reformados, sem poder provar os meios de subsistência. Nós pedimos a vocês. É oportunidade hoje que vocês têm de nos mostrar. A Polícia Militar hoje mostrar.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Virna, já deu para alcançar a fala de vocês. A SRA. VIRNA - Com todo respeito, é possível data? O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - A gente pode conversar em particular. Virna, eu fico aqui mais um pouco com vocês. A gente vai aqui tratar, a gente recebe vocês aqui, aqui mesmo. A gente trata isso aqui agora. Desculpa até ter cortado a fala do Xavantes antes ali, é que eu não sabia do tema. O senhor me perdoa, mas eu acho que é de suma importância. Eu me comprometo aqui junto com coronel Halik, diretor da DGP.

Eu tenho que entregar o plenário, Portugal. Se for para pedir desculpas eu deixo. Estou sendo chamado atenção porque eu tenho que devolver o plenário. Em um minuto eu vou cortar a sua fala.

O SR. SARGENTO PORTUGAL - Vou ser bem rápido. Como foi falado aqui vão ter mais duas audiências públicas, porque são vários temas. Tem como passar a data para gente hoje? O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Vamos organizar isso junto a comissão. Mas vai ser difundido como foi a de hoje também. Vocês vão ter ciência, vão poder comparecer aqui. Acho que foram importantes... O SR. SARGENTO PORTUGAL - Está bom. Obrigado! O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - ... os debates hoje aqui. Todo mundo bem ponderado, bem objetivo. Acho que a gente sai daqui, de alguma forma, com algumas mensagens para o Comando da Corporação.

(Fala fora do microfone)

Só por um minuto, pelo amor de Deus. O SR. CESAR DORIA - Boa tarde. Eu quero me dirigir à mesa e antes de mais nada fazer uma crítica construtiva. Nós estamos em uma audiência pública que fala da Comissão de Segurança Pública e nós temos o nosso projeto de lei nº 59 que fala da nossa lei orgânica e ela não foi colocada em pauta. Ela está desde 29 de março nessa Casa. Ontem, foi feito a discussão da lei orgânica da Polícia Civil. E a nossa lei orgânica está nessa Casa e deveria estar nesse momento sendo discutida nessa audiência pública.

Eu gostaria agora aqui de agradecer ao Deputado Giovanni Ratinho, que muito tem lutado também dentro da SEAP pelo Carpad dos servidores públicos, nossos DESIPES que ali estão. E eu como membro do Carpad, participei ativamente na comissão e pude sim constatar as irregularidades, as arbitrariedades que são cometidas. Nós aqui discutimos muito as filigranas jurídicas. Eu ouvi alguém da mesa falar a respeito da indústria que foi instituída na PMERJ quanto às demissões dos policiais militares. Durante muito tempo policiais militares, coronéis, ocuparam a SEAP e foi exatamente nessa gestão que a maioria dos nossos colegas foi demitida.

Eu gostaria que nós entendêssemos que estamos falando de vida, de resgate, de dignidade. A maioria dos servidores que estão aqui, seja PMERJ, sejam DESIPES, eles merecem sim retornarem. Eles merecem sim ter o seu trabalho de volta. Porque eu, como membro do Carpad, dentro da SEAP, eu posso ratificar que a maioria das demissões foi inclusive reconhecida pela Corregedoria como sendo injustas. E eu, como outros pertencentes, como vogais, participei e constatamos todas as irregularidades e a arbitrariedade.

Então eu gostaria aqui de solicitar à nossa secretária Maria Rosa Lo Duca, que assumiu o cargo agora, que ela possa rever a decisão de extinguir o Carpad. Que ela restituía o Carpad e que o nosso nobre Deputado Giovanni Ratinho, que é o mentor do Carpad possa entrar em contrato com o Governador.

(Fala fora do microfone)

Eu lembro quando foi instituído o Carpad, na gestão do Go-

vernador, junto como ex-secretário e o Deputado Giovanni Ratinho, foi o grande autor desse projeto. Eu peço senhor, deputado, que possa fazer contato com o Governador para que restituía o Carpad na SEAP.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Valeu, Dória. Obrigado pela sua colocação. André. Você que é o Dr. André, né? Por favor, rápido. Até pulei a sua fala devido à importância dos debates aqui relativos aos militares. Só mais um minuto. Porque aqui, estou sendo até puxado pela cadeira.

O SR. ALBIS ANDRÉ - Boa tarde, mesa. Superando as formalidades por conta do tempo. Eu queria chamar atenção para o seguinte fato: o estado precisa saber reconhecer quem é pai de família e quem é vagabundo. Ele não pode tratar pais de famílias como se fosse bandido. Isso é muito sério.

Hoje eu recebi uma mensagem do policial que está com depressão, está doente. E o que a Polícia fez? Suspendeu o pagamento dele. Ele está sem salário e vai responder a uma PAD. Então, nós temos muito casos aqui, casos absurdos em que a própria Justiça não conseguiu comprovar a culpabilidade do agente, e a Corregedoria, de forma surpreendente, usando de menos provas, consegue comprovar e demite o policial que foi absolvido.

O tempo é curto. Eu queria que vocês tivessem essa sensibilidade e convidassem para participar da próxima audiência o Ministério Público do Estado. Porque aqui é um caso de Polícia, é um caso sério! São direitos fundamentais que estão sendo violados. Os policiais não têm direito ao acesso ao processo, não têm direitos básicos. Então assim, eu tinha muitas coisas para falar, mas em respeito aqui ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - A gente vai ter mais duas audiências, aí a gente dá um tempo maior.

O SR. ALBIS ANDRÉ - A gente vai ter mais duas audiências e a gente vai tratar desse assunto.

Obrigado. Um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Ontem eu estava aqui também quando você fez a sua interseção. Obrigado a todos.

Parabenizar a todos vocês que estiveram aqui nesse dia, pelas colocações que foram feitas. Eu tenho certeza aqui que os representantes de todas as Forças aqui, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, pessoal do Degase, SEAP, certeza de que alguma coisa vai sair daqui. Vários colegas já conversaram aqui em particular com os representantes de cada Força.

A gente vai remarcar agora. São outras duas audiências que estão previstas. Vocês vão tomar conhecimento com antecedência e não participar. Porque a gente tem que devolver o plenário agora aqui e não podemos alongar mais. Obrigado a todos. Vamos todos com Deus. Que Deus abençoe nossa caminhada.

Está encerrada esta audiência pública.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às dez horas, no Auditório das Comissões Permanentes, sala 1801 do Edifício Lúcio Costa, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, com a presença dos senhores Deputados CORONEL SAELMA, Vice-Presidente deste órgão técnico; e GIOVANI RATINHO, autor do projeto em debate. Havendo número regimental, o Senhor Deputado Coronel Salema assumiu a presidência dos trabalhos e informou o tema desta audiência: Debate do Projeto de Lei nº 4343/2021, dos Deputados Giovanni Ratinho e André Ceciliano, que "DELIMITA E TRANSFORMA O COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE JAPERI EM ÁREA DE SEGURANÇA MÁXIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". O Senhor Presidente em exercício registrou a presença dos seguintes convidados: Coronel José Ramos e Capitã Ethel Lucia Schulluckebier, da Assessoria Parlamentar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na Assembleia Legislativa; Coronel Paulo César de Souza Vidal, Comandante do 24º Batalhão de Polícia Militar; Alex Sandro Xavier Braga, Coordenador de área; representantes da Secretaria de Administração Penitenciária, Ranulfo Souza Brandão Filho e Moisés Bonac; Hugo Resende, policial penal diretor da Penitenciária Milton Dias Moreira; Sheldon Soares, policial penal Diretor do Presídio João Carlos da Silva; policial penal Ubiratan Huguenin, diretor da Cadeia Pública Cotrim Neto; Gutemberg de Oliveira, Presidente do SindSistema; Antônio César Dórea, policial penal; Alexander de Andrade Saar, policial penal da Coordenadoria de Unidades Prisionais de Gerinico - GPU; Guarda Civil e Secretário de Segurança do município de Japeri, representando a prefeita de Japeri, Srª. Fernanda Ontiveros. Anunciadas as presenças, o Senhor Presidente em exercício passou a palavra ao Deputado Giovanni Ratinho, que teceu suas considerações sobre o tema em pauta, após o que os presentes fizeram uso da palavra, dando-se o debate. Encerrada a discussão, como nada mais houvesse a tratar, o Senhor Presidente em exercício, suspendeu os trabalhos para que fosse lavrada a presente ata. Reaberta a audiência pública, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim, Jacqueline Correa Marins, Secretária, e pelo Senhor Presidente em Exercício, Deputado Coronel Salema, Vice-Presidente, do que, para constar, seguem as notas taquigráficas com o inteiro teor do ocorrido na audiência pública e cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=QGmei6CEPpl> contém a íntegra da reunião. Sala das Comissões, em 19 de abril de 2022. (a) Jacqueline Correa Marins, matrícula 201.523-8, Secretária; e Deputado Coronel Salema, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia. Já estamos aqui com a mesa composta, então, eu passo a palavra ao deputado Giovanni Ratinho, autor da proposta. Houve um debate inicial muito bom na sessão, quando a proposta foi apresentada, produzindo a sugestão dessa Audiência Pública. O deputado Giovanni Ratinho vai fazer as suas considerações iniciais.

O coronel José Ramos também foi convidado para compor a mesa. Deixa eu citar também a presença aqui dos demais convidados: Alexandre Xavier Braga, que é o nosso coordenador da área; Moisés Bormac, também da SEAP; diretor da Milton Dias Moreira, Hugo Resende, policial penal; o policial penal também Sheldon Soares, do Presídio João Carlos da Silva; e o policial Ubiratan Huguenin, diretor da Cadeia Pública Cotrim Neto. Presentes também o comandante do 24º Batalhão coronel Paulo César de Souza Vidal, que nos prestigia aqui nessa manhã; a capitã Ethel Lucia Schulluckebier; assessora parlamentar juntamente aqui com o coronel.

Há mais alguém aqui que eu não citei? Comandante Vidal, sente-se aqui com a gente aqui, por favor.

Vou passar a palavra aqui agora para o deputado Giovanni Ratinho, para as suas considerações, e em seguida, iniciaremos os debates.

O SR. GIOVANI RATINHO - Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer a presença de todos, dos funcionários que de fato fazem com que esta Casa funcione de verdade. Quero agradecer a todos os diretores com quem estive presente: o diretor do Milton Dias, Hugo Rezende; o diretor do presídio João Carlos da Silva, Shelton Soares; o diretor da Cadeia Pública Cotrim Neto, Ubiratan Huguenin. Obrigado pela presença de vocês.

Quero também agradecer a presença de todas as autoridades aqui conosco: o nosso comandante da 3ª CPA, coronel Brandão; o tenente coronel José Ramos, que é a nossa assessora, é o link nosso sempre, segura as rebordosas do Legislativo, sempre nos atendendo, sempre solícito; a Ethel Lucia, assessora parlamentar.

A prefeitura veio. Muito obrigado, secretário municipal de Segurança, Jorge Dantas. A Câmara Municipal eu também convidei. Não sei se veio algum representante do Legislativo municipal de Japeri, mas foram convidados. Se infelizmente não vieram, a culpa não é nossa. Depois não podem reclamar o estado em que se encontra o município. Sr Gutemberg de Oliveira, Presidente do SindSistema; Sr. Antônio César Dórea, representante e um dos mentores que me